

MONTEIRO, Miguel Corrêa

*Inácio Monteiro, um jesuíta português na dispersão.*

Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 2004, 562 p.

JOÃO FRANCISCO MARQUES

A obra de Miguel Corrêa Monteiro sobre o jesuíta Inácio Monteiro, que a expulsão pombalina da Companhia de Jesus levou a exercer a docência na Universidade de Ferrara, no território dos então Estados Pontifícios, constitui a sua tese de doutoramento em História Moderna na Faculdade de Letras de Lisboa, nos idos de dois mil. Trabalho de fôlego, assinala-se, fruto de uma investigação extensa, em arquivos portugueses e italianos, e de uma teia de consultas bibliográficas em que os estudos monográficos sugeridos pelas temáticas tratadas situam o labor docente e o científico que a obra escrita do inaciano requer. No limiar do iluminismo, com o pensamento europeu a desprender-se a passos irreversíveis de perspectivas e orientações escolasticizantes cada vez mais ultrapassadas, a personalidade do sábio matemático e eclético filósofo, em maré de turbulência e de viragem pedagógica no Portugal pombalino, mesmo que em sua primeira década, era tentador desafio cultural. Entregou-se-lhe Corrêa Monteiro com uma bagagem erudita e uma formação intelectual que se tornaram privilegiados instrumentos operativos de análise, de que retirou óbvio proveito. Por vezes, talvez mercê desse superabundante arsenal informativo, não consegue evitar longos excursos que não perdiam em ser cerceados, a fim de não afectarem a sóbria economia de um texto a que não se exigia o máximo de clareza aliada à necessária precisão. Ao longo de uma esquematização estruturada em oito capítulos, a saber: *A Companhia de Jesus, face ao Espírito Moderno*; *A educação na Companhia ao tempo de Inácio Monteiro*; *Inácio Monteiro – do Nociviado ao Magistério (1739-1759)*; *A expulsão da Companhia de Jesus (1759-1761)*; *Inácio Monteiro e a Terra Pontifícia (1761-1789)*; *Inácio Monteiro em Ferrara na época revolucionária (1789-1796)*; *O ecletismo filosófico de Inácio Monteiro*; *O homem e o religioso face ao seu destino*, pretendeu o Autor reunir desta forma as diversas facetas da personalidade do inaciano, do homem ao professor, do religioso ao exilado. Em época de diáspora e apagamento da Companhia e no emaranhado político, fruto da Revolução Francesa e invasão napoleónicas que se abateram sobre o continente europeu, pode aceitar-se como conseguida a cobertura do itinerário deste jesuíta português na dispersão gerada pela expulsão pombalina. O maior espaço entende-se que fosse consagrado ao tempo de exílio em Ferrara onde exerceu a docência da Filosofia no Colégio jesuítico e o de Prefeito de Estudos na Universidade, vindo a falecer em 1812. A relação com Portugal dos inacianos, forçados a abandonar a pátria, e a dependência em que ficaram dos subsídios da Corte no reinado de D. Maria I, são acompanhados em pormenor, com achegas factuais de interesse, para se conhecerem reacções e sequelas relativas aos proscritos. A análise tentada à obra de Inácio Monteiro quer em particular à *Filosofia Libera*, seu escrito mais relevante, e à influência exercida por Descartes e no lastro de ecletismo que acusa, quer ao *Compêndio dos Elementos de Mathematica* e à *Carta à Juventude*, de permeio com as referências temáticas à experiência e razão e ao critério da verdade, bem como à crítica contundente que Verney faz, ligada aos diferendos culturais e pedagógicos entre jesuítas e oratorianos, permitem ao Autor sistematizações oportunas e de valia. Não deverá, no entanto, de

---

deixar de reter-se o juízo conclusivo a que chega: integrado na linha pedagógica da Companhia de Jesus, o pensamento de Inácio Monteiro, a par da cultura pedagógica do tempo, mesmo que se lamentamente não haver tido a divulgação merecida, revela «mais um divulgador de conhecimentos do que um cientista» no pleno sentido para que o conceito aponta. De referir, em cada capítulo, os apêndices documentais, por vezes proveitosos na linha de uma inegável utilidade histórica. Enfim, de assinalar que este trabalho de Manuel Corrêa Monteiro a roçar a exaustividade é elemento marcante sobre o pensamento filosófico-científico da época, sempre de obrigatória consulta.

OLIVEIRA, Paulo

*A Congregação Beneditina Portuguesa no percurso para a extinção (1800-1834).*

Viseu, Palimage Editores, 2005, 344 p.

J O Ã O F R A N C I S C O M A R Q U E S

Nunca será ocioso insistir nas contribuições que, para uma panorâmica científica da história cultural, religiosa, institucional, económica e social, entre outros sectores, com estudos por vezes de alta especialidade, nos vem proporcionando a teia de mestrados, de há décadas mantidos, em plena floração, nas universidades portuguesas. A dissertação de Paulo José da Cunha Oliveira, elaborada no Centro Regional de Braga da Universidade Católica, que a Palimage se abalçou a editar, é um exemplo acabado que importa assinalar. O facto de o estudo que empreendeu se estender dos fins do Antigo Regime até à fatídica data da supressão das ordens religiosas decretada em 1834, torna-o uma valiosa achega mesmo por cobrir a turbulência vivida durante as Invasões Francesas e os tempos seguintes até à instauração do regime liberal. O objecto investigado é a ordem beneditina, de antiquíssimo enraizamento entre nós, e cujo historial se verifica ser de sobejo conhecido da gente culta despreconceituosa. Privilegia o Autor a problemática relativa à herança deixada pela onda napoleónica de assumida beligerância: «Qual o impacto que a destruição causada pelas invasões francesas projectou nos claustros beneditinos? E ao nível das ideias? Como se desenvolveu no seio da Congregação a divergência entre absolutismo e liberalismo? Quais as consequências na sua unidade interna?». Nas quatro partes em que estruturou o trabalho, a primeira, de perfil introdutório, destina-se a proporcionar um breve bosquejo da trajectória da ordem beneditina em Portugal desde a era medieval ao iluminismo; a segunda, alicerçada em larga abundância de fontes de arquivo, modula descritivamente o que passou e os documentos registam em cada um dos mosteiros implantados no continente, do norte do país a Lisboa, reservando a terceira e a última para expor os sinais de mudança que obviamente sentiram. De ressaltar os registos das resistências patrióticas das populações mencionadas nos dietários. Não faltam apontamentos sobre factos decorridos entre o fim do governo absolutista e a proclamação do regime liberal, bem como certas incidências económicas, militares e diplomáticas a envolver a Santa Sé, no decorrer do realismo miguelista e a alternância cartista de incipiente coloração democrática. A